

Diário do Legislativo de 11/05/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 31ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 11/5/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Prosseguimento da votação do Requerimento nº 2.489/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita ao Tribunal de Contas informações sobre os critérios adotados por essa Corte para a concessão do abono permanência, instituído pela Emenda Constitucional nº 49, de 13/6/2001, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.169/2004, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Presidente do Tribunal de Justiça informações sobre o processo de constituição de uma unidade APAC na cidade de Três Corações, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.170/2004, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Subsecretário de Administração Penitenciária da Secretaria de Defesa Social informações sobre o gasto até o momento e qual é o modelo de unidade prisional previsto para ser implantado no Município de Três Corações. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.286/2004, da Deputada Lúcia Pacífico, que solicita ao Presidente do IPSEMG informações sobre a razão pela qual o Hotel da Previdência, localizado no balneário do Barreiro, em Araxá, foi fechado e continua com suas obras de reforma paralisadas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.287/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que solicita ao Presidente da COHAB - MG informações acerca de programas implementados pelo órgão, relativos à construção de moradias populares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.304/2004, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita ao Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o encaminhamento, a esta Comissão, do parecer técnico e da cópia da Deliberação da Câmara de Infra-Estrutura do Conselho de Política Ambiental, que concedeu licença de instalação à PCH Cachoeira Grande, no Município de Coronel Fabriciano. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação dos nomes dos Professores Paulo José de Araújo, Stéfano Barra Gazzola, Marinêz Fulgêncio Murta, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Cid Veloso, Fuad Haddad, Alexandre Magno Leão dos Santos e Arthur Eugênio Quintão Gomes para comporem o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação dos nomes.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.214/2003, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 26/2003, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar à Casa de Cultura de Mariana - Academia Marianense de Letras - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 313/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.292/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.311/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guaxupé o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 810/2003, da Deputada Jô Moraes, que dispõe sobre a fiscalização e a vigilância sanitária dos estabelecimentos que praticam o bronzamento artificial e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da Serra da Piedade, na forma que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 11/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.147/2003, da Deputada Ana Maria Resende, e 1.335, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.856/2004, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Finalidade: discutir a cobrança de emolumentos no registro de títulos da área rural e as conseqüências para os produtores rurais do Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.775/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.795/2004, do Deputado Antônio Andrade; 2.796/2004, do Deputado Arlen Santiago; e 2.800 e 2.801/2004, do Deputado Márcio Passos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.423/2004, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a multa aplicada à empresa GTech do Brasil, bem como sobre o contrato celebrado entre a referida empresa e a Loteria do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 11/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 639/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.391/2004, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.803/2004, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 12/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.369/2004, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.797/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 12/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 12/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.121/2003, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a substituição gradativa, pela indústria, da cola de sapateiro pelo adesivo à base de água.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira, Leonídio Bouças e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2004, às 10 horas, na Sala das Comissões, destinada a discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 548, 117 e 196/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 501/2003, do Deputado Wanderley Ávila, e do Projeto de Lei Complementar nº 38/2003, do Tribunal de Contas; a discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.159/2003, do Deputado Roberto Carvalho, 1.524 e 1525/2004, do Deputado Carlos Pimenta, 1.540/2004, do Deputado Elmiro Nascimento, 1.566/2004, do Deputado Arlen Santiago, 1.568/2004, do Deputado George Hilton, 1.569/2004, do Deputado Leonardo Moreira, e 1.570/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; e a discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2004.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, Márcio Passos e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2004, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Emenda nº 1 à Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2004.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Mauro Lobo e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e João Bittar, Paulo Cesar, Cecília Ferramenta, Olinto Godinho e Pinduca Ferreira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 11/5/2004, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem, em Audiência Pública, esclarecimentos sobre o fechamento de unidades bancárias do BEMGE (Itaú) no nosso Estado.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Domingos Sávio, Olinto Godinho e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2004.

Doutor Viana, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, destinada a debater a atual política de remuneração dos quadros da PMMG, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos Agentes de Segurança Penitenciária e a discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

29ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 5/5/2004

O Deputado Biel Rocha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste e telespectadores da TV Assembléia, vários são os assuntos que me trazem a esta tribuna. Tentarei tratá-los da maneira mais objetiva possível.

Inicialmente, informo a esta Casa que, no dia 30/4/2004, este Deputado, juntamente à Comissão de Turismo, Indústria e Comércio desta Casa, esteve, em audiência pública realizada a requerimento do Deputado Fábio Avelar, na cidade de Leopoldina, localizada na Zona da Mata. Estiveram presentes este Deputado, o autor do requerimento, Deputado Fábio Avelar, e o Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, Deputado Paulo Cesar.

O objetivo da audiência era discutir, com os convidados, com os empresários, com os comerciantes e com as lideranças regionais, opções para o desenvolvimento econômico, turístico e industrial da região.

Uma unanimidade ficou patente nessa reunião. Deputado Padre João, é difícil chegarmos a uma conclusão em que a unanimidade impera. Isso ocorreu quando chegamos à conclusão de que, sem estradas, ou seja, sem condições de as pessoas irem e virem, não há como falar em desenvolvimento regional, industrial, econômico e turístico. Esse foi o assunto abordado.

O Presidente da Agência de Desenvolvimento de Leopoldina e Região - ADEL -, Dr. Carlos Heleno, ao usar a palavra, reclamou da falta de infraestrutura e alarmou os presentes, dizendo que a Zona da Mata poderia se transformar, em breve, na região mais pobre do Estado. Ele afirmou que, atualmente, não há nenhum projeto de vulto em curso nessa região.

A Zona da Mata não se restringe à minha cidade, Juiz de Fora, pois há mais de 100 outros municípios em situação bastante precária em virtude das dificuldades de acesso a eles. O empresário Carlos Heleno defendeu a necessidade de uma política contínua de desenvolvimento para a região.

Tivemos a honra de contar com a presença do ex-Deputado Bené Guedes naquela audiência, atual Vice-Diretor do DETEL, que lembrou que o incentivo aos pequenos produtores e às empresas de fundo de quintal pode ser uma solução para a geração de empregos na cidade de Leopoldina, onde é um cidadão bastante presente, e em toda a região.

Ainda de acordo com o ex-Deputado Bené Guedes, a região tem uma vocação natural para o ecoturismo, que precisa ser melhor explorada. Chegou a anunciar a doação, por parte de um grupo, de um terreno com localização privilegiada na região, que poderá ser utilizado para a prática de vôo livre, um dos instrumentos de desenvolvimento e de atração de turistas para a região.

A Comissão teve a oportunidade de informar aos presentes que na quinta-feira, dia 29, esteve em Belo Horizonte o Ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento, quando anunciou que, nos próximos dias, Minas Gerais estará recebendo cerca de R\$140.000.000,00 para a recuperação de parte das estradas do Estado.

Outra reclamação muito ouvida, feita por empresários, comerciantes e pequenos produtores, foi com relação às alíquotas de ICMS praticadas no Estado, que vêm deixando as empresas instaladas em Minas Gerais em grande desvantagem em relação aos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Estados limítrofes aos municípios da região de Leopoldina. O Sr. Fernando Junqueira, Presidente da Rede de Agências de Desenvolvimento da Zona da Mata e Vertentes, citou, por exemplo, o caso da empresa de sucos Mais, uma gigante no setor da fruticultura, que saiu de Pouso Alegre, no Sul de Minas, para se instalar no Estado do Espírito Santo. Informou também que temos, na região, um dos maiores pólos atacadistas do Estado, na cidade de Além Paraíba; porém, se continuar como está, todos vão se mudar para o Rio de Janeiro. Basta atravessar uma ponte. Apresentou uma proposta, que a Comissão vai debater nos próximos dias, sobre o tratamento diferenciado que poderiam ter os municípios limítrofes aos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em relação ao ICMS, exatamente para poderem competir com os municípios do Rio de Janeiro, onde o imposto cobrado é bem menor.

O Sr. Fernando Junqueira acredita que o incentivo à fruticultura é a saída, não só para Leopoldina, mas também para a região - Cataguases, Além Paraíba, Muriaé. Uma das quatro maiores empresas de suco do País compra frutas do Nordeste. Havendo incentivo e apoio por parte dos órgãos públicos, a fruticultura poderá se desenvolver naquela região.

Outra questão levantada, que será tratada na semana que vem, diz respeito à Defensoria Pública. Quando voltamos ao interior, sempre somos procurados pelos Defensores Públicos, que questionam a falta de estrutura para trabalhar. Muitos Deputados receberam, na semana passada, a visita de representantes da Associação de Defensores Públicos; aliás, há um encaminhamento na Comissão de Direitos Humanos para que, na reunião do dia 19, se não me engano, o Dia Nacional do Defensor Público fique registrado como um momento de luta em defesa da Defensoria Pública, que atende as pessoas carentes com dificuldade de acesso à justiça; e para que se analise o porquê de a Lei Orgânica da Defensoria Pública, aprovada por esta Casa depois de um amplo debate com a sociedade e os Defensores Públicos, não vem sendo implementada, aplicada e respeitada pelos órgãos públicos do Estado.

Naquela oportunidade, o Sr. Gessy Almeida, Presidente da OAB, afirmou que a justiça está lenta porque mais de 60% dos processos são de assistência judiciária gratuita e que não há profissionais para atuarem em Leopoldina. Portanto, solicitou empenho a esta Casa não somente na cobrança de concurso público, mas também na colocação de profissionais da Defensoria Pública naquela região. Assim, a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio aprovou requerimento em que se solicitam ao Tribunal de Justiça iniciativas de apoio para que aquela região seja favorecida com a presença desses profissionais.

Tenho outro assunto a tratar. Apesar de o Deputado Weliton Prado ter abordado essa questão no seu último pronunciamento, entendo ser importante informar que, no dia 30 de abril, o Centro Industrial de Juiz de Fora obteve liminar favorável ao mandado de segurança por ele impetrado contra o pagamento da Taxa de Incêndio, proposta pelo Governador Aécio Neves e aprovada conforme a Lei nº 14.938, de dezembro de 2003. Os beneficiados são os associados do Centro Industrial e dos 13 sindicatos da indústria de Juiz de Fora. Segundo o advogado Delmar Monteiro, a argumentação baseou-se nos subsídios apresentados na ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Bloco PT-PCdoB no Tribunal de Justiça. A Taxa de Incêndio, como dissemos várias vezes nesta tribuna, não apresenta característica de taxa, mas de imposto, já que foi instituída para suprir a necessidade financeira de compra de materiais e de equipamentos para o glorioso Corpo de Bombeiros. Porém, a Constituição determina que a segurança pública seja obrigação e dever do Estado, e não, da sociedade civil. Não cabe ao cidadão comum, ao dono de mercearia ou de botequim arcar com essa taxa. Falo em dono de botequim, porque o dono de um botequim de Juiz de Fora, localizado na periferia, recebeu a boleta para o pagamento da Taxa de Incêndio. Entretanto, empresas como a Mercedes-Benz, a Belgo-Mineira e a Paraibuna de Metais, do Grupo Votorantim, não a receberam. Segundo a Secretaria da Fazenda, o tratamento é diferenciado para as grandes empresas. Graças a Deus e à sabedoria das autoridades judiciárias, o pagamento está suspenso.

Portanto, por solicitação do Bloco PT-PCdoB, as indústrias não pagarão a Taxa de Incêndio, já que é inconstitucional. O Sr. Francisco Campolina, Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, afirmou que o departamento jurídico precisou usar recurso extremo, visto que os industriais e os pequenos comerciantes estão fartos de arcar com o aumento da carga tributária, com impostos e contribuições de melhoria. Essa vitória pertence às forças vivas de Juiz de Fora e de municípios como Uberlândia e Araguari. Segundo informação, a Federação do Comércio também conseguiu a suspensão da taxa.

Faz hoje um ano que uma grande tragédia se abateu sobre Minas Gerais. Estamos falando do desastre ecológico de Cataguases. Manchetes como as do jornal "O Globo", do dia 4/4/2003, informavam: "Mancha tóxica deságua no mar" ou "Chuva pode agravar o maior desastre acontecido no Estado de Minas Gerais". Um reservatório que continha resíduos químicos de uma empresa já desativada rompeu-se, e aquela lama tóxica correu para o córrego Cágado, depois para o rio Pomba, desaguando no rio Paraíba do Sul, por fim chegando ao oceano Atlântico, acarretando uma mortandade de peixes nunca vista naquela região. Foi considerado um dos maiores desastres ocorridos no Estado de Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Lembro isso, Sr. Presidente, porque tramita nesta Casa um projeto importante sobre essa questão. A Comissão de Meio Ambiente, tão logo houve o acidente, esteve no local, sob a Presidência da Deputada Maria José Hauelsen, não só para solidarizar-se com os pequenos produtores afetados e com a população, mas também para cobrar dos órgãos ambientais do Estado providências objetivando evitar situações como essa.

Hoje houve uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente para debater projeto, que tramita nesta Casa, visando reduzir esses reservatórios de resíduos químicos de grandes empresas no nosso Estado. Esse projeto fez-se necessário, Sr. Presidente, diante da informação, na época, de que os órgãos ambientais de Minas Gerais não tinham um cadastro, um pleno conhecimento do passivo ambiental do nosso Estado. Tanto é verdade que, a partir do ocorrido e por cobrança da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, foi feito um mapeamento, um levantamento, ou seja, um inventário do passivo ambiental, em particular da existência desses reservatórios com o lixo e os resíduos das indústrias, principalmente das de papel e celulose, que são as mais poluentes. O projeto visa exatamente propor um programa de redução desses resíduos. Tivemos informação - e vale destacar aqui - de que já existe tecnologia para isso.

O jornal "Estado de Minas" do dia 28/4/2004 publicou, para honra de Minas Gerais, que, com o apoio da Universidade de Uberaba, o pesquisador mineiro Lázaro Sebastião Roberto desenvolveu e inventou um catalisador para a biodegradação de resíduos orgânicos e minerais. Trata-se de um catalisador que, em 72 horas, poderá resolver um problema que levava quatro ou cinco meses para ser resolvido.

Portanto, gostaria, nesta reunião, de fazer esse destaque e parabenizar o Sr. Lázaro Sebastião Roberto, mineiro de Uberaba, pela invenção e produção desse equipamento que resolverá problemas graves em nosso Estado, no País e no mundo.

Agradeço sua paciência, Sr. Presidente. Espero voltar a esta tribuna para tratar de outros assuntos.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, pessoas presentes nesta reunião, ocupo esta tribuna para tratar de um assunto extremamente sério e - diria - grave para o momento que estamos vivendo hoje, nos tempos de Brasil de democracia, Brasil de esquerda no poder, Brasil diferente. Estamos falando do problema de invasão de terras.

Um assunto polêmico. O Deputado Biel Rocha disse que se trata de ocupação de terra. Tratarei desse assunto. Quando se invade uma pequena propriedade de 75ha, e os invasores a destroem - inclusive sua reserva ecológica - não podemos chamar o fato de ocupação. Isso é invasão, é crime. E está acontecendo aqui, nos municípios de Minas Gerais.

Inicialmente, Sr. Presidente, usarei meu tempo regimental para dizer que esse projeto de reforma agrária nos indigna, principalmente a mim, que milito na área há muito tempo. Sou técnico, engenheiro agrônomo e filho de um pequeno produtor - o Deputado Elmiro Nascimento conhece bem a vida do meu pai - que, embora pequeno, sempre foi bom. Que Deus o tenha do outro lado. Meu pai sempre trabalhou e foi um produtor competente, apesar de pequeno.

Na verdade, indignei-me porque professores perguntaram-me como se faz para aumentar seus salários. Disse-lhes que só havia uma maneira. Primeiro, usar bem os recursos públicos. O desperdício dos recursos públicos é grande. Segundo, diminuir a corrupção que há no serviço público. Terceiro, produzir mais. Por que falo disso? Porque tem tudo a ver com a chamada reforma agrária, aliás, falsa reforma agrária. Esclareço que não me refiro à reforma agrária do Presidente Lula, mas a deste País. Na verdade, aqui nunca houve um projeto de reforma agrária. É impossível desatrelar a política agrária da política agrícola.

Portanto, quando digo aos professores que, para aumentar seus salários, temos de produzir mais, diminuir a corrupção, a evasão de dinheiro para paraísos fiscais e o desperdício no serviço público, refiro-me também à reforma agrária, à forma como se conduz o processo. Acompanhei bem o que o Presidente Fernando Henrique realizou nos seus oito anos de Governo e, na minha avaliação, ele trabalhou bem os movimentos, foi um parceiro.

Quero dizer à sociedade que terra dada, por si só, não é prêmio, é castigo. Terra é para profissional, para quem sabe trabalhar. Sou um profissional da área e sei que é mais difícil viver de uma propriedade, ganhar dinheiro com uma propriedade agrícola do que com um comércio, com uma indústria ou com outro serviço. A complexidade que envolve o processo de produção do setor agrícola é grande: depende do clima, do tempo, das condições do solo e do mercado. Portanto, o Brasil literalmente brinca com o processo de reforma agrária ou o torna incompetente; e, lamentavelmente, não dá para aumentar o salário do professor, porque o dinheiro está sendo jogado fora.

Quero deixar uma questão para o INCRA. É bom que se diga que o Governo do Estado e as Prefeituras têm pouco a ver com a reforma agrária, que é um projeto de competência única e exclusivamente do Governo Federal. Os Estados e os municípios participam de maneira complementar e solidária; mas, na verdade, o projeto é do Governo Federal.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Deputado Paulo Piau, cumprimento-o pelo brilhantismo da sua oratória e pela sua coragem. V. Exa. é um dos Deputados que mais entende de agricultura e de pecuária nesta Casa.

Esse tema é de grande importância para todos. Lamentavelmente, há poucos minutos, recebi a notícia de que invadiram mais uma fazenda em Coromandel, na nossa região. Uma região altamente produtiva, um celeiro deste País. V. Exa. bem sabe disso, pois é um grande responsável pelo trabalho na região. Invadiram a fazenda do Sr. Osvaldo Costa, que é altamente produtiva.

O interessante é que a invadiram antes da meia-noite do dia 30, a poucos minutos de se consagrar o Abril Vermelho. Lamentamos isso. O Governo Lula perdeu o controle de tudo, inclusive da própria reforma agrária. Sou altamente a favor da reforma agrária, desde que seja séria, distribua terras improdutivas e dê condições ao produtor de trabalhar e produzir. Não sou a favor da bagunça que está ocorrendo. Isso virou uma baderna e um descontrole muito grande. O PT, que a vida inteira foi favorável à reforma agrária, perdeu agora o controle da situação. Terras altamente produtivas estão sendo invadidas sem controle nenhum.

Registro esse fato lamentável que ocorreu em Coromandel, envolvendo o MTL, que é um braço do MST. No dia 30 de abril, encerrando o Abril Vermelho do Stédile, invadiram uma fazenda altamente produtiva, que é espólio do Sr. Osvaldo Costa. São 12 os herdeiros, sendo 2 menores. Isso acarretou grande transtorno para a região.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço o aparte do Deputado Elmiro Nascimento, que é também da região de Patos de Minas. V. Exa. conhece muito bem esse processo e o que é uma propriedade produtiva e improdutiva. Neste País, estão confundindo desemprego, carência, miséria e pobreza com reforma agrária e canalizando para o campo toda a mazela das políticas sociais. Repito, não quero polemizar, mas essa não é uma responsabilidade apenas do Governo Lula, pois há muito tempo ocorre. Este País viveu 500 anos de ditadura nas suas costas. Evidentemente, estamos engatinhando e aprendendo a criar o processo democrático, a organização e assim por diante. Em algum momento, ele tomará rumo. Nas mãos do Governo Federal, está o momento de separar o pequeno produtor que deseja trabalhar a terra a fim de produzir para a sua sobrevivência e, evidentemente, ganhar dinheiro e ter uma vida digna, das pessoas desempregadas e carentes. Muitas vezes, estas vão ao assentamento para ganhar uma cesta básica, incomodando os que ali produzem legitimamente.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Paulo Piau, aparteio V. Exa. com muito prazer. V. Exa. aborda um assunto de grande importância, que é a questão das invasões de terra. Como há anos acompanho V. Exa., percebo que, ao longo de suas atividades, tem demonstrado interesse permanente pela agropecuária. É um "expert" no assunto e defensor ardoroso de todas as pessoas que labutam nessa área. Partilhamos de sua preocupação.

Há dez dias, mais ou menos, invadiram uma fazenda nas proximidades do Município de Frei Inocência, Comarca de Governador Valadares, às margens da BR-116. Essa fazenda vale cerca de R\$10.000.000,00. Acompanhamos os interessados, ou seja, o proprietário, os Presidentes do sindicato rural e da União Ruralista, as autoridades competentes e assim por diante. Para nossa surpresa, a Polícia Militar informou-nos que nada poderia fazer, pois havia uma ordem do Juiz de Assuntos Fundiários de Minas Gerais de que somente poderia agir em duas circunstâncias: primeiro, se houvesse flagrante de invasão; segundo, se a invasão fosse na sede da propriedade rural. Ficamos pasmados. A Constituição Federal dá o direito à propriedade e não fala em propriedade da sede. Para o proprietário rural, o que vale é a propriedade da terra que explora e de onde extrai o lucro que sustenta não somente ele, mas também os brasileiros.

Preocupa-nos muito quando uma invasão desse tipo é feita sem que o proprietário tenha proteção das autoridades competentes.

V. Exa. sabe que, no Município de Governador Valadares, a fazenda da EPAMIG, dedicada à pesquisa, foi tomada da EPAMIG e entregue aos sem-terra, e hoje serve apenas de arrendamento para terceiros, sofrendo erosão e se deteriorando dia a dia. Será que essa destinação é justa e acertada? Precisamos procurar um novo caminho para abrigar os sem-terra, para servi-los e não para usá-los. Para servir ao Brasil por intermédio de um trabalho produtivo, e nunca como profissionais dessa área. Obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Alio-me às palavras do Deputado Bonifácio Mourão. Com relação à fazenda experimental, sou servidor da EPAMIG e conheço bem aquela região de Bambuí, Monte Verde e os vales da fazenda, utilizada em pesquisas, em convênios com a EMBRAPA, a UFMG e as Universidades Federais de Viçosa e Lavras. Outro dia, a Deputada Elbe Brandão dizia que os vales do rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri precisavam de uma unidade experimental para testar os capins e desenvolver tecnologia. Eu lhe disse que havia uma fazenda pronta. Esse foi um crime duplo, porque além de invadir uma propriedade, foi invadida uma fazenda de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O prejuízo para a sociedade foi muito grande. À época, houve grito das lideranças, das universidades do vale do rio Doce, mas, infelizmente, os responsáveis fizeram ouvidos moucos e deixaram que isso acontecesse. Não quero condenar os invasores, que querem uma cesta básica e um pedaço de terra. Mas os responsáveis, que não tomaram a decisão de retirá-los, pois aquele era um bem público, têm mais culpa do que os sem-terra que invadiram a região.

O Deputado Ricardo Duarte (em aparte) - Nossas posições em relação à reforma agrária são bastante divergentes. A reforma agrária correta, bem feita, assentando-se as pessoas com condições de produção no campo, é a grande reforma que este País pode fazer. Estivemos no INCRA, juntamente com os Deputados Gilmar Machado e Romel Anizio, para tratar da situação da Fazenda Reserva, cuja propriedade vizinha o senhor citou, e não foi objeto de ocupação para a reforma agrária, apenas local de acampamento. A Fazenda Reserva foi um latifúndio declarado improdutivo, com 11.700ha, situado em terras com condições de altíssima produtividade. Em reunião com o INCRA, o proprietário, os sem-terra e os parlamentares, foi feito um acordo, que já está em andamento, para que parte da Fazenda Reserva seja cedida para a reforma agrária e parte seja devolvida ao proprietário, num acordo de paz. É uma medida importante e exemplar para diminuir a violência no Pontal do Triângulo Mineiro.

Respeito sua opinião contrária à reforma agrária. Porém, afirmo que uma ação desse tipo pode resolver o grave problema social, o problema da violência no Pontal do Triângulo Mineiro.

O Deputado Paulo Piau - Afirmo ao Deputado Ricardo Duarte que não sou e nunca fui contrário à reforma agrária. Qualquer brasileiro, em sã consciência, jamais será contrário a essa reforma. No entanto, queremos ordem, respeito à lei. Ninguém, neste País, nem mesmo V. Exa., quer que a lei seja desrespeitada. Se isso acontecer, estaremos diante de um caos. Se a lei deixar de ser cumprida, será o fim do Governo Lula. V. Exa. sabe muito bem que a lei não está sendo cumprida.

Se houver acordo na negociação referente à fazenda do Grupo Cancela, em Limeira do Oeste, será perfeito. Neste País, terra é o que não falta. Porém não podem entrar na fazenda do Sr. Luiz Longo, cuja área é de 75ha e tem uma reserva ambiental, e destruí-la, tendo em vista a invasão de outra maior.

Deputado Ricardo Duarte, perdoe-me, mas, se V. Exa. for favorável a uma atitude dessas, ficarei decepcionado. Posso afirmar-lhe que nunca fui contra - aliás sou absolutamente favorável à doação de terras a quem quer produzir. Todavia, entendo que não se deve levar os desempregados do Brasil para o campo, visto que o processo de produção agrícola é muito mais difícil que o industrial, comercial e de serviços. A produção agrícola é muito mais complexa.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que, no caso da fazenda do Zezinho Caetano, em Uberaba, que é produtiva, mas foi invadida, o Juiz da comarca concedeu reintegração de posse, porém alegaram que o caso só poderia ser resolvido na Vara de Conflitos Agrários, em Belo Horizonte. Como se vê, as medidas protelatórias causam prejuízos a quem está produzindo. Esse é o problema. Gasta-se com advogado, com cartório, enfim, com tudo. Não podemos aceitar que aquele que produz tenha sua propriedade invadida e ainda tenha de gastar dinheiro para pedir a reintegração da sua propriedade. Isso é o fim do mundo, o caos.

Deputado Ricardo Duarte, não podemos defender esse tipo de atitude, sob pena de o Brasil tornar-se inviável. Todavia, lembro que esta Casa também tem culpa, pois foi promulgada aqui, em 2002, uma lei segundo a qual, para se fazer uma reintegração de posse, ainda que de uma fazenda produtiva, é preciso avisar o Prefeito, a Câmara Municipal, o órgão municipal de defesa dos direitos humanos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa Social e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Essas medidas são protelatórias. Hoje, não se faz um mandado de reintegração de posse sem causar prejuízos a um proprietário - estou falando de propriedade produtiva. Isso, para mim, chama-se bagunça.

Este País não oferece segurança ao cidadão de bem. Perdoe-me - não divulgo isso, Sr. Presidente -, mas hoje está valendo a pena ser bandido. Não podemos permitir que em um país como o Brasil, que se encontra em formação democrática, os papéis sejam invertidos. É bom ser bandido, porque ele vive melhor, à margem da lei. Temos de defender os cidadãos de bem. Se um proprietário de uma área produtiva tem sua propriedade invadida, toda a sociedade tem de protegê-lo. Em nome de um problema social grave, que tem de ser combatido, não só o produtor, mas também a Nação brasileira está sendo prejudicada. Essa é a mensagem que deixo para a reflexão de todos. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, parlamentares, prezada assistência, telespectadores da TV Assembléia, dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde.

Início minhas palavras, e não poderia ser diferente, fazendo repercutir aqui o desencanto do povo brasileiro com o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal, por meio de decisão do Presidente Lula, justamente o Presidente trabalhador, que, como operário, chegou ao Governo Federal para mudar a situação, mas, passado um ano e meio, não conseguiu implementar as mudanças prometidas, causando decepção e desencanto, sobretudo às massas, quando o Governo desassistiu esse setor popular. Mas, ao mesmo tempo, esforça-se, como nunca na história do Brasil, para honrar compromissos internacionais, com o FMI, por exemplo, com os banqueiros, com a ciranda financeira internacional, que não se cansa de elogiar o Governo Federal. No âmbito do mercado internacional, o Governo Lula recebe nota 10. Nem o Governo Fernando Henrique conseguiu nota tão boa quanto a do Presidente Lula.

Esse é um fato lamentável, que não podemos deixar de registrar, partindo de um Presidente operário, que tinha de iniciar a recuperação do salário do trabalhador brasileiro, mas, em seu primeiro ato, já no segundo ano de Governo, decepciona com esse salário mínimo.

Sr. Presidente, um dos assuntos que trago aqui está relacionado a essa questão do salário mínimo. O Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, em entrevista aos jornais de ontem e durante evento a empresários em São Paulo, fez uma assustadora revelação: o Governo Federal estuda formas de desvinculação dos reajustes do salário mínimo dos benefícios pagos pela Previdência Social". Imaginem o que o Governo Federal está estudando e foi anunciado pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, o capitão do time, como diz o Presidente Lula.

O que significa isso? O Governo Federal quer dar reajustes maiores para o salário mínimo, sem ter de aplicar o mesmo índice para o piso dos benefícios da Previdência Social. Quer promover uma desvinculação. A partir de agora, o salário mínimo terá um índice, e os aposentados, que deram a vida para construir esta Nação, que hoje são avós, pais, pessoas que já estão, depois de tantos anos, trabalhando, cansados, sem energia e que precisam da mão estendida do Estado, serão os abandonados, os novos excluídos do Governo Federal.

Na verdade, a Constituição garante ao cidadão brasileiro que ninguém poderá perceber remuneração menor que o mínimo. Confesso estar assustado com essa proposição. São milhões de brasileiros, de pessoas que têm, na aposentadoria mínima de um salário, sua única forma de sobrevivência.

Caso o Governo Federal do Presidente Lula e de outros partidos, que, durante toda a sua vida pública, notabilizaram-se por defender os direitos das minorias, dos pobres, dos doentes, dos marginalizados pelo poder público, levem isso a cabo, realmente farão jus ao crescente desencanto da população brasileira, que trocou, atendendo a um pedido do Presidente Lula, o medo pela esperança, mas, agora, começa a trocar a esperança pelo desespero. Essa é a verdade, Sr. Presidente.

Mas não apenas nesse aspecto o Governo Federal comete erros aos quais não podemos assistir calados, pois vem também, na administração do Presidente Lula, do PT, provocando o agravamento da Federação brasileira no pacto federativo, num estrangulamento jamais visto na história do Brasil. Uma concentração excessiva de dinheiro em Brasília, tirando-o dos municípios e dos Estados. Hoje, 70% do dinheiro público estão em Brasília, e os outros 30% são rateados para o atendimento de 27 Estados e quase 6 mil municípios.

Por que? Porque o Governo Federal toma o dinheiro do povo brasileiro, dos Estados, dos municípios e o entrega ao FMI, cumprindo metas que estão estabelecidas além daquilo que o próprio fundo pede. O Presidente Lula está sendo mais realista que o rei, querendo atender além dos limites, sacrificando o povo brasileiro.

Nesse aspecto, o jornal "Estado de Minas", no seu editorial de ontem, trouxe um texto de alta qualidade que queremos ler desta tribuna, porque é uma explanação ampla que traz dados importantes a respeito da necessidade de um novo pacto, que seria a solução. (- Lê:)

"Novo pacto é a única solução. Desde que se instituiu o atual processo de distribuição de receitas, em 1967 - ainda no Governo Castelo Branco -, o sistema tributário brasileiro tem sido ponto central de discussão. A maior parcela da carga tributária continua em poder da União, que usa e abusa do direito de aquinhoar amigos e manter à míngua Estados que considera adversários como se a democracia consagrasse a unanimidade.

Chega agora a verdade: o primeiro ano do Governo do PT cortou R\$4.800.000.000,00 de recursos destinados aos Governos dos Estados. Nem mesmo Governadores do PT ficaram fora da lista. A quantia é respeitável, pois o Governo FHC adotou a norma de distribuir, em média, R\$7.200.000.000,00 por ano diretamente aos Governadores para a execução de obras previstas no Orçamento Geral da União - OGU.

O Governo Lula, no ano passado, liberou apenas R\$2.400.000.000,00, com uma redução estimada em R\$4.800.000.000,00. Se mantido o mesmo nível até o fim do mandato petista, os Governos estaduais vão perder quase R\$20.000.000.000,00, o que significa um atraso irrecuperável para os próximos mandatos. O percentual de liberação da gestão FHC ficou, em média, em 32% da previsão orçamentária - 2002 -, mas o Governo Lula - 2003 - fez com que esse índice caísse para 16,4%, praticamente a metade do que era praticado no Governo FHC.

A reunião que os Governadores fizeram em Brasília no final de abril definiu a urgente necessidade de se reformular o pacto federativo. Os Governadores de Minas, Aécio Neves - PSDB -, e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto - PMDB -, foram os mais incisivos: não se pode mais admitir que 70% da receita nacional fiquem em poder da União, restando apenas 30% para serem distribuídos aos 27 Estados e 5.561 municípios.

O Governador Aécio disse ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que Minas não recebeu nem sequer o que foi acordado em 2003, quando os Governadores colaboraram para a aprovação da reforma da Previdência Social e outros projetos de interesse do Governo Federal. Rigotto reclamou que o Rio Grande do Sul perdeu R\$1.000.000.000,00 com a desoneração das exportações, denunciando que cresce cada vez mais a concentração de recursos nos cofres federais. O que falta agora é a redação de uma nova legislação de distribuição, para que os recursos pertencentes aos demais entes federados - Estados e municípios - sejam diretamente repassados, independente da liberação pelo Ministério da Fazenda. É bom recordar que, no período de Vargas - 1930 a 1945 -, a carga tributária correspondia a 14,4% do PIB, chegando a 37% no ano passado.

Sr. Presidente, trouxe esses dois assuntos para a tribuna, um, baseado nas informações do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, que quer colocar os aposentados na berlinda, desvinculando-os dos índices de aumento do salário mínimo, que já é pequeno, mínimo.

Agora, o Governo Federal, assaltando a receita de Estados e municípios, impede que estes administrem os níveis administrativos próximos ao cidadão. O Governo Federal faz caixa para atender ao FMI, para agradar ao mercado internacional, pagando juros além do que é previsto. Não era essa a esperança do povo brasileiro, na prometida mudança do Presidente Lula.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, queremos compartilhar as palavras de V. Exa., quando demonstra preocupação com o salário mínimo. Na verdade, o aumento do salário mínimo não chega a 1,5%. Com esse percentual, estaremos muito longe da promessa feita pelo Presidente Lula em sua campanha presidencial.

V. Exa. comenta a questão do pacto federativo, referindo-se a uma matéria muito bem abordada pelo jornal "Estado de Minas". Os Estados brasileiros tiveram um prejuízo de R\$4.800.000.000,00 não pelos dispositivos legais nem pelos instrumentos usados para retirar verbas de Estados e municípios. O Governo, ao longo do tempo, trouxe a CPMF, a COFINS, as medidas provisórias, o FUNDEP. Não incide o percentual de Estados e municípios no Fundo de Participação. Em razão disso, vai aumentando a distância entre o Governo Federal, os Estados e os municípios, no que tange à arrecadação. Esse prejuízo se deve à falta de cumprimento dos compromissos do Governo, falta de remessas aos Estados e aos municípios, o que é muito mais grave. Minas Gerais, por exemplo, só pela diferença da remessa da compensação do Fundo de Exportação, Lei Kandir, teve um prejuízo, em 2002, de R\$1.000.000.000,00. Em 2003, os dados ainda não foram fornecidos, mas acredito que esse prejuízo será muito maior. Isso leva Estados e municípios a uma exaustão completa; por isso é preciso levantar a voz. Minas Gerais é pioneiro nessas situações, ou seja, acorda o Brasil para essas situações mais graves, conforme V. Exa. está fazendo. O Governo que aí está, na verdade, tem inúmeras falhas e não está correspondendo às expectativas do povo brasileiro. Minas Gerais e outros Estados, por meio do pacto federativo, poderão ajudar o Governo Lula. Como fazer isso? Perante o FMI, mostrando que não é possível continuar pagando esses juros extorsivos e essa dívida infundável com a fome do nosso povo, como dizia bem Tancredo Neves. Queremos concordar plenamente com as palavras de V. Exa., que são oportunas, necessárias. Precisamos aplaudi-las e, com certeza, participar desse movimento.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção do nobre colega, que traz uma contribuição importante a este parlamento, principalmente pela pessoa que representa não só neste mandato, mas também nos anteriores, pela sua honradez, pela sua vida pública e pelo conhecimento da matéria. Sabemos que V. Exa. é um dos grandes estudiosos da questão federativa brasileira. Sua fala traz um peso importante para o debate.

Sr. Presidente, a questão federativa é grave, porque a Federação brasileira tem dois pilares, como todo sistema federativo no mundo. Estou me referindo à autonomia e à participação. Não há federação, se os Estados não tiverem autonomia. Caso isso não ocorra, eles regredirão à época das províncias, do Estado unitário, em que o poder central fazia o que queria. É preciso ter autonomia, e esta deverá ser exercida. Para ser exercida, são necessários recursos. O Governo do PT está sufocando a Federação, tirando os recursos e impedindo que os Estados exerçam sua autonomia.

Está tirando a autonomia dos municípios, uma vez que seus representantes não conseguem exercer o poder político que lhes foi delegado pelas urnas. O Prefeito e o Governador se elegendem, mas não conseguem exercer seu poder, porque o dinheiro está em Brasília. Dessa forma não é possível desenharmos um Brasil progressista, uma República que realmente atenda aos anseios do povo brasileiro.

O Presidente Lula - é preciso dizer isso quantas vezes for necessário - chegou ao poder porque combateu o FMI, prometeu emprego e salário digno ao povo brasileiro, prometeu respeitar os aposentados, rever o pacto federativo, fortalecer os Estados e os municípios. O Presidente Lula assinou carta, encaminhada a todos os Prefeitos do Brasil, afirmando isso. Temos cópia dessa carta. Por isso, ganhou. Para implementar todas essas medidas, para mudar o que precisava ser mudado, venceu as eleições.

Passado um ano e meio de Governo, estamos vendo que o Governo do PT é uma cópia maltirada do Governo Fernando Henrique. Nada mudou. A situação está piorando. Se for para manter como estava, é preferível fazer retornar o Governo anterior, porque fazia muito mais bem-feito.

O Governo do PT propôs fazer uma grande transformação. Quando se cobra essa transformação, ouvimos que o Brasil se está preparando para a mudança. Que preparação é essa, que dá pouco mais de 1% de aumento do salário mínimo? Isso é preparar o País para a mudança ou para o precipício?! O Governo anuncia ainda que desvinculará o aumento do mínimo do aumento do aposentado. Quer dizer, o mínimo, que já é pequeno, será maior do que será pago ao aposentado, que viverá à míngua. Isso é mudança? Um país que aplaude e recebe aplausos todo dia do FMI mudará o quê? Talvez esteja ganhando mais espaço com os banqueiros internacionais. Não é possível ser essa a preparação para a mudança. O discurso não condiz com a prática. O Governo diz que está preparando o País para uma transformação, para atender à classe trabalhadora, para poder realmente aliviar as pressões dos juros internacionais, mas pratica justamente o contrário, fazendo tudo pior que no período das eleições, quando ganhou nas urnas. Que equação matemática é essa? O País está caminhando para uma situação de conflito grave, e o Governo anuncia medidas que não são implementadas, medidas de afogadilho e sob pressão.

Um país gigantesco como o Brasil precisa ter governo que tenha comando, autoridade, visão macroeconômica, e que entenda também da questão microeconômica. Não se pode planejar uma transformação para daqui a oito anos, porque os famintos de hoje não têm condição de esperar tanto tempo. Essa mudança, portanto, será para as próximas gerações. Com esse salário e índice de pagamento da Previdência aos aposentados, com certeza a geração atual não assistirá à tão prometida mudança, anunciada pelo PT, o que é lamentável.

Sr. Presidente, prezados colegas, estamos torcendo por que o Governo funcione. Somos uma federação, e, se o Governo Federal não vai bem, os Estados e municípios também não irão. Queremos que tudo funcione bem, mas é preciso que o Governo seja realmente sensível e assuma com autenticidade as suas idéias, os seus programas, as suas promessas. Que não faça essa confusão de anunciar algo que não praticará, de criticar o passado que está praticando no presente. Esse Governo é confuso, sem norte nem perspectiva. Não tem o que oferecer ao povo brasileiro. Não é o que o povo espera e o que nós, brasileiros, queremos. Esse Governo precisa de um choque de realidade, de humildade e de eficiência, para começar a administrar o País. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que nos assistem das galerias e pela TV Assembléia, não tenho a ousadia de defender o pacto federativo, pois o Deputado Antônio Carlos Andrada o defendeu de maneira tão clara e veemente que, se eu acrescentasse qualquer coisa, atrapalharia o raciocínio de quem ouviu o pronunciamento desse Deputado.

Fui Prefeito quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente. Sei como é duro administrar sem o pacto federativo, que estipula obrigações, deveres e recursos, para que cada ente da Federação possa cumprir seu papel.

O raciocínio eloqüente do Deputado Antônio Carlos Andrada, do PSDB, para defender o pacto federativo, não foi o mesmo que fazer uma reflexão sobre porque vivemos o momento atual. Ele se confundiu ou foi, no mínimo, omissivo. O Brasil é um país de esfomeados, de desesperados, de desempregados, construído ao longo dos dez anos em que o PSDB e o PFL estiveram à frente do Governo. Essa é a reflexão que temos de fazer.

Como petista, não é este o Governo que quero para o Brasil. Mas, dizer que este poder e este Governo são de esquerda ou do PT significa não conhecer como funciona a política. O povo elegeu um Presidente operário, mas não elegeu o Congresso com a mesma responsabilidade e o mesmo compromisso desse Presidente.

O Brasil não é uma ilha. É muito grande, tem extensão continental. Vivemos um Estado de direito democrático. Precisamos do Congresso Nacional para fazer as mudanças necessárias. O Congresso Nacional só entende um linguajar: para estar junto, tem de estar no Governo. É uma mão lá e outra cá. Essa é a regra que, infelizmente, se pratica no Brasil ou na democracia como um todo. Temos um Governo de coalizão, desde o PSDB, representado pelo Presidente do Banco Central. Todos os partidos estão no Governo, que é de disputa. Até agora, os trabalhadores, representados pelo Presidente, ainda não tiveram sua parcela a ser percebida, acatada e obedecida.

Quem nos dera tivéssemos assumido um País como o que Fernando Henrique Cardoso teve em suas mãos. Não concordamos quando, de maneira eloqüente, o Deputado Antônio Carlos Andrada fala sobre as dificuldades por que passa para obedecer ao FMI, para pagar uma dívida em juros. Mas, quando Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, assumiu a direção do Brasil, nossa dívida era de R\$60.000.000.000,00, e ele nos entregou uma dívida de R\$800.000.000.000,00. Terá sido por incompetência? Porque não tinha instrução? Por ser um peão? Não, porque ele entregou nosso Brasil. Vendeu tudo o que tínhamos a preço de banana, muitas vezes com dinheiro do trabalhador. Retiravam do BNDES dinheiro do FAT, com juros subsidiados para comprar o que é nosso, gerando desemprego. Essa foi a evolução ocorrida nos últimos dez anos, cuja responsabilidade era de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Fico assustado ao ver que o Deputado Antônio Carlos Andrada faz essa crítica veemente na Assembléia Legislativa, onde não temos competência para interferir nas decisões nacionais, pois não estamos no Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, tucanos de alta plumagem em nível federal defendem a política econômica. Dentre eles, temos Tasso Jereissati e Cássio Souza Lima, Governador de um dos Estados do Nordeste.

Não podemos viver nessa ambigüidade, e o eleitor não pode, de maneira absoluta, ser iludido com esse discurso fácil de alguém que fala, mas não faz, senão, nas próximas eleições, poderá querer voltar ao que tínhamos antes.

Tenho certeza de que o retrocesso será pior. Iniciamos a mudança ao eleger um peão para a Presidência do Brasil, mas sabíamos - e temos certeza hoje - que sua eleição não seria suficiente para promover a transformação do País. A eleição do Lula é um instrumento da transformação, mas a luta continua, companheiros e companheiras. Essa elite que sempre dominou o Brasil não engole a derrota sofrida nas urnas. Muitos deles que apoiaram o Lula não o fizeram porque queriam, mas vieram na dor, no chicote, pois não sabem sentir o peso de uma derrota. Essa é a realidade.

Quando vemos o Governador do Estado de Minas, o Rigotto e as grandes lideranças brigando pelo pacto federativo, pela justiça nacional ou coisa semelhante, não podemos nos esquecer de que esse mesmo pacto federativo estava sendo discutido, anos atrás, quando era Presidente do Congresso Nacional o nosso Governador Aécio Neves; Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso; e membro da Comissão da Reforma Tributária, o Rigotto, hoje Governador do Rio Grande do Sul. Por que não fizeram àquela época? Por que agora querem responsabilizar o companheiro Lula e o PT que estão tão-somente há um ano e meio no poder?

É humanamente impossível - gostaríamos até que acontecesse - mudar 500 anos em 500 dias. Não podemos aceitar esse discurso fácil de alguém que esteve no poder. Durante 500 anos ficaram à frente da direção deste País, principalmente e de maneira intensa nos últimos dez anos, e nada fizeram. Pelo contrário, levaram o Brasil e os brasileiros a essa situação de mazela, de humilhação. O País perdeu até mesmo sua soberania.

Vocês acreditam que o Governo hoje instalado está sacrificando o povo brasileiro porque quer ou porque é necessário? Infelizmente, isso é necessário no momento por causa de uma situação herdada, que devemos vencer. O sapo não pula porque gosta, mas por necessidade. Frente a essa cilada deixada pelo PSDB para o PT, temos de ter humildade, pois não sabemos o caminho mais correto e rápido para dela sair.

Nenhum país do mundo conseguiu desvencilhar-se desse modelo neoliberal e dessa globalização que os países ricos impuseram aos pobres. Está ocorrendo a situação inversa. Normalmente as pessoas mais ricas emprestam recursos para as mais pobres, a fim de tocarem sua vida, mas, no mundo, acontece o contrário: os países mais pobres estão remetendo mais dinheiro para os mais ricos. Essa é a situação que vivemos e precisamos encarar.

Se o PSDB fosse minimamente patriótico, estaria sentado à mesa não para criticar, mas para resolver um problema essencialmente criado por ele. Mas isso não nos preocupa. O PT e os trabalhadores deste Brasil já enfrentaram situações piores. Não iremos, de maneira nenhuma, abaixar a cabeça, pois temos certeza de que encontraremos uma solução. Se até hoje não o fizemos, isso não se deu por falta de apoio dos trabalhadores, mas por falta de apoio dessa elite nacional que não quer que a justiça social seja restabelecida no País, uma vez que ela se dá com a redistribuição de renda. Isso eles não querem, pois sua ganância é grande.

A justiça social dar-se-á quando tivermos a reforma agrária. Já disseram anteriormente que tal reforma não resolverá o problema de violência, e concordo com isso, mas a concentração de terras, de oportunidades e riqueza e a desigualdade são combustível para a violência. Pessoas da base aliada do PSDB vêm aqui fazer críticas veementes a ocupações de terra, mas eu me pergunto: o que é produtivo?

Qual é o sentido de terra produtiva? Seria produzir muito? Para quem e para quê? Será que seria a agroindústria, que muito produz, mas para exportar, muitas vezes, soja, a fim de tratar de porcos no exterior, enquanto falta alimentação aqui? Quem produz comida para o povo brasileiro são os agricultores familiares. Estes são os que geram emprego. Temos de rever o conceito de terra produtiva. A terra tem de produzir para que e para quem? Não podemos ficar calados. Cada vez que expõem ocupação de terra com o nome de invasão, mais aumenta a minha indignação, porque a terra é um patrimônio de todos. E ouço o Deputado Bonifácio Mourão denunciar que houve uma ocupação em Valadares. Isso parece uma piada. Nas eleições passadas, quando discutíamos a questão - o PT e o PFL -, sentíamos um mal-estar. Pensávamos como poderíamos discutir o Movimento dos Sem-Terra. Os coronéis do PFL disseram à época em Valadares: "Isso aqui nós ensinamos a vocês, porque os primeiros grileiros de terras fomos nós". A maioria das terras de Minas é grilada. Caso procedam a um levantamento, verificarão que as terras foram apropriadas de maneira indevida em sua origem. É hora de se completar o ciclo. É necessário que os trabalhadores dêem prosseguimento ao seu movimento. Não podemos conceber um país justo e desenvolvido sem a sua reforma agrária. Todos os países desenvolvidos do mundo realizaram sua reforma agrária. Por que não realizamos a nossa também? A terra é patrimônio de todos, pois Deus não deixou procuração e escritura para meia dúzia de pessoas.

Seria cômico, caso não fosse trágico, o que afirmaram: a reintegração de terra ensejaria uma despesa. Isso não pode acontecer, porque na verdade se trata de um bem do cidadão. Exporei o inverso. As terras são desapropriadas para a construção de estradas, de pontes e de usinas hidrelétricas, e os pobres vão para as ruas, pois, muitas vezes, as suas casas são totalmente acometidas pelas águas, perdendo-se o seu valor simbólico, histórico e sentimental, sem sequer ser concedido a eles o direito de espernear, já que têm de sair por bem ou por mal. Isso está acontecendo agora no Governo Aécio Neves. No povoado de Soberbo, na Usina Hidrelétrica de Candonga, foram necessários 192 policiais para desapropriar 16 famílias. Todo o batalhão de Manhuaçu foi utilizado para isso. Será que o Estado está pagando por esse procedimento? Eu pagaria, em uma ocorrência policial, pelo policial que me atendesse, por carros e pelo número de equipamentos e de máquinas. Quem está pagando por isso? As 16 famílias não estão aceitando sair, porque o acordo não foi cumprido. E esse não-cumprimento é reconhecido pelo COPAM e pela FEAM. Mas 192 policiais foram necessários para retirar 16 famílias de pobres, que construíram ali a sua família, que terão de ver toda a sua cultura e seu valor sentimental serem extintos, sem ter sido revisto sequer o valor material de suas casas. Esse é o País que não deseja. Esse é o País herdado do PSDB. Esse é o País praticado por essa elite brasileira.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados e pessoas que nos vêem pessoalmente e pela TV Assembléia, temos de proceder a uma reflexão, para definirmos o País que desejamos. Temos de utilizar o instrumento democrático do voto para botar um ponto final nessa situação de injustiça e de humilhação em que vive o povo brasileiro desde a descoberta do Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/4/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Maria Aparecida Bicalho Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Cândida Bicalho Marques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado José Henrique

exonerando, a partir de 10/5/04, Jaqueline Ribeiro Amorim do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Claudio Vitor de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Tombos. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Tânia Mara Machado de Medeiros. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: de 1º/4/2004 a 15/2/2005. Licitação: Inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2004

Objeto: contratação de empresa especializada para ampliação da rede primária de voz e readequação dos "racks" de telefonia e dados do Palácio da Inconfidência, com fornecimento de materiais. Licitante vencedora: Spread Teleinformática Ltda.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

ERRATA

REQUERIMENTOS

No resumo de requerimentos publicado na edição de 8/5/2004, na pág. 28, col. 2, no resumo do Requerimento nº 2.830/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, onde se lê:

"CEFET", leia-se:

"CEFET de Ouro Preto".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 8/5/2004, pág. 32, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro", onde se lê:

"Tânia Maria Carneiro Fernandes", leia-se:

"Tânia Mara Carneiro Fernandes".